

O LIVRO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS: o “jornalismo do internato” (1934-1946)

THE RECORD BOOK: the
“boarding school journalism”
(1934-1946)

Joaquim Tavares da Conceição*

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre aspectos histórico-culturais do microcosmo do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, no período de 1934 a 1946, tomando como fonte principal as notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências” da referida instituição. O estabelecimento era uma instituição de ensino agrícola elementar, funcionando em regime de internato e subordinado ao Ministério da Agricultura. O “Livro” funcionou como um “temível noticiário” do internato da instituição, pois, fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nos registros sobressai o “poder disciplinador” e de conformação moral da “pedagogia de internar” de uma fase marcada por uma disciplina rigorosa.

Palavras-chave: Aprendizado agrícola, livro de ocorrências, internato.

ABSTRACT

This article presents some considerations about cultural and historical aspects of agricultural learning at Benjamin Constant boarding school community, from 1934 to 1946, taking as main source notes registered in the record book from such institution. The school used to be an agricultural elementary institution, working as a boarding school and subordinated to the Agriculture Ministry. The record book worked as “terrible news” from the boarding institution since it used to cover the behavior memories diary, it allowed the lawbreakers’ individualization and the application of punishments. In the records “discipline power” and moral structure of “boarding pedagogy” are stood out during a period set by a rigorous discipline.

Keywords: Agricultural learning, record book, boarding school.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA; professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Educação pela mesma Universidade.

O APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT

Este artigo apresenta algumas considerações sobre aspectos histórico-culturais do *microcosmo* do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant¹, no período de 1934 a 1946, tomando como fonte principal as notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências” da referida instituição.

Dentro do plano nacional de expansão do ensino agrícola elementar, em 1934, o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, criou em alguns estados da federação 12 estabelecimentos de ensino agrícola denominados de Aprendizados Agrícolas. Esses estabelecimentos tinham como objetivo oficial “cooperar na educação das populações rurais”, ministrando formação profissional agrícola de nível primário e uma formação complementar, através de execução de trabalhos nas oficinas de madeira, ferro e couro². O Estado de Sergipe foi escolhido para a fundação de um desses Aprendizados Agrícolas, o que de fato ocorreu com a federalização do Patronato São Maurício³, localizado no povoado de Quissamã, Município de São Cristóvão, e a sua transformação em Aprendizado Agrícola de Sergipe, posteriormente denominado de Aprendizado Agrícola Benjamin Constant⁴.

Desde a sua fundação, em 1934, até a transformação em Escola de Iniciação Agrícola, em 1946, o Aprendizado Agrícola Benjamin Constant matriculou 1.141 menores, na maioria filhos e órfãos de pequenos proprietários e trabalhadores do campo⁵. Os menores eram internados

¹ Atualmente Instituto Federal de Sergipe (Campus de São Cristóvão), antiga Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE.

² BRASIL. Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1934b. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

³ Instituição para assistir menores desvalidos criada em dia 31 de outubro de 1924 pelo então governador do estado de Sergipe Graccho Cardoso. NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. São Cristóvão: UFS, 2006. (Dissertação)

⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.029, de 06 de janeiro de 1939. Dá novas denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1939. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

⁵ SERGIPE. Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. *Instruções e Formalidades para a Matrícula de Menores nos Aprendizados Agrícolas*. Aracaju/Juizado da Infância e da Juventude, 1938.

pelos pais, parentes (irmãos, tios), tutores, por requisição de juízes de menores e autoridades do Serviço de Menores e/ou por solicitações de sacerdotes católicos e políticos⁶.

Assim, predominou nas décadas de 1930 e 1940 o costume de recorrer ao estabelecimento como uma “casa de amparo ou assistência ao menor pobre”. A caracterização da instituição como uma “obra meritória” é recorrente nas “notas de impressões” lançadas no “Livro de Registro de Impressões dos Visitantes”, nos anos de 1935 a 1944. Nas “notas”, os visitantes ressaltaram a importância da instituição como um estabelecimento dedicado aos pobres. Situação evidenciada pelo uso das expressões “infância desamparada”, “meninos pobres”, “gerações proletárias”, “infância desvalida”, “jovens desprotegidos da fortuna” utilizadas nas “notas” para definir o público-alvo que adentrava o estabelecimento. Gervásio de Carvalho Prata, desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, na época, foi um dos visitantes que se reportou à instituição como uma obra de amparo aos pobres. Em uma de suas visitas, realizada em 20 de dezembro de 1942, grafou no “Livro” sua “nota de impressão” sobre o estabelecimento. Em trecho da “nota” escreveu: “Menciono nestas ínfimas linhas o meu louvor ao Aprendizado Agrícola de Sergipe, onde são incluídos os meninos pobres que nele encontram instrução, educação e trabalho, para se tornarem úteis à Nação”⁷.

De fato, o Aprendizado Agrícola deveria ser essencialmente um estabelecimento dedicado à formação profissional agrícola elementar. A assistência que prestava por meio do internato público deveria ser uma decorrência das peculiaridades do ensino agrícola e da localização do estabelecimento. Mas, na prática, muitas famílias recorriam a ela como uma solução para a pobreza a que se viam relegadas. Essa situação também ficou ressaltada nas memórias do ex-diretor Astolfo Ribeiro Pinto Bandeira, que dirigiu a escola no período de 1945 a 1947. Para ele, os “menores ali internados eram, em sua grande maioria, procedentes

⁶ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938.

⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro das Impressões dos Visitantes*. São Cristóvão, 1935, p. 14.

de famílias pobres, que os colocavam, com o fim de solucionarem, em parte, os seus problemas domésticos”⁸.

A análise de uma amostra de 210 internos, dos 544 internados na instituição, entre os anos de 1937 e 1941, ajuda na confirmação da caracterização da pobreza dos internos⁹. Dos 210 internos, 73 eram órfãos, sendo 45 órfãos de pai, 18 órfãos de mãe e 10 órfãos de pai e mãe. Além do grande percentual de órfãos, existiam os filhos de “pai desconhecido”. Os pais ou mães de órfãos e as mães solteiras internavam seus filhos, provavelmente, por não terem condições financeiras de criá-los e verem a instituição como um recurso para a pobreza. Somava-se ainda o predomínio de 170 internos de origem negra, sendo 111 “morenos”, 49 “pretos” e 10 “pardos”. Apenas 40 internos foram declarados como “brancos”. Quanto ao grau de instrução, 25 eram analfabetos e o restante sabia rudimentos da leitura e da escrita. A idade dos internos variava entre 9 a 14 anos. Esses dados quantitativos, analisados em conjunto com os dados qualitativos anteriormente indicados, possibilitam afirmar que os internos matriculados no Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, eram pobres, muitos dos quais órfãos ou filhos de “pai desconhecido”, cuja maioria de descendência negra.

O diretor do “Serviço Social de Menores”, na visita que fez à instituição no ano de 1939, ainda grafando em sua “nota de impressão” a denominação do estabelecimento como “patronato”, destacou a cooperação que o estabelecimento, através do seu diretor, na época o agrônomo José Augusto de Lima, prestava ao mencionado serviço de assistência de menores, evidentemente acolhendo menores enviados pelo citado órgão. Assim registrou no “Livro de Impressões”, o citado diretor:

“Após a visita que fiz a este ‘Patronato’, externo, com prazer, a agradável impressão que me causou (...) A minha visita, por sua vez é um resultado da cordialidade do seu operoso diretor para

⁸ BANDEIRA, Astolfo Ribeiro Pinto. *Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste*. Fortaleza, 1989, p. 10.

⁹ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938.

com o Chefe do Serviço de Menores de Sergipe, convencido que o trabalho em prol da criança deve estar submetido a uma estreita e inteligente cooperação”¹⁰.

Esse reconhecimento da instituição como uma obra de “assistência aos pobres”, através da qual a sociedade sergipana enxergava-a, decorria da herança dos tempos em que ela funcionou como Patronato Agrícola (1924-1934) e tinha como objetivo “assistir os menores desvalidos”. Apesar da mudança de nome e de seus objetivos, o estabelecimento continuava sendo procurado como se fosse uma casa de “assistência social”¹¹.

O LIVRO DE OCORRÊNCIAS

O “Livro de Registro de Ocorrências” do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant é formado por uma capa dura, contracapa, folha de abertura e 100 folhas (faltando a folha de número 60), numeradas tipograficamente com anotações manuscritas no anverso e verso de cada uma delas. Servia para as anotações do registro das ocorrências diárias do agrônomo, do inspetor, dos guardas e as anotações dos vistos e das providências adotadas ou requeridas pelo diretor, diante das ocorrências anotadas. As folhas são todas originais, com anotações escritas em tinta de cor preta, azul e vermelha. A primeira anotação encontra-se no anverso da folha de número 1(um), datada de 9 de setembro de 1942, e a última no dia 30 de novembro de 1943, no verso da página de número 100 (cem). Todas as folhas são divididas, no anverso e verso, em duas colunas. A primeira coluna, à direita de cada página, é de espaço menor onde estão escritas as anotações do auxiliar-agrônomo e o visto do diretor. A segunda coluna, a maior, localizada à esquerda de cada página, contendo as anotações do Inspetor.

¹⁰ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro das Impressões dos Visitantes*. São Cristóvão, 1935, p. 10.

¹¹ CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de mestrado)

O “Livro” funcionou como um “temível noticiário” do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, pois, fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nos registros sobressai o “poder disciplinador” e de conformação moral da “pedagogia de internar”, de uma fase marcada por uma disciplina rigorosa. No “Livro de Registro de Ocorrências”, os internos eram identificados apenas pelo número de matrícula, e as anotações eram relacionadas aos comportamentos dos internos ou incidentalmente sobre o funcionamento dos serviços básicos do internato (refeitório, cozinha, fornecimento de energia, entre outros), conforme o seguinte exemplo:

Ocorrências do dia 11 para 12 de setembro de 1942.

Sr. Diretor foram feitas as faxinas do costume em geral, gabinete, secretaria, dormitório, enfermaria, sentinas, pátio e em volta do prédio. De 6 as 7 horas do dia 11 foi realizada a instrução de ordem unida. As 16 horas foi feito o ensaio de toque de corneta. Houve serviço de campo com os alunos acompanhados pelo guarda José Barbosa da Silva. Serviço de guardas: foi efetuado pelos guardas José Barbosa da Silva e João Batista Tavares. Os demais serviços foram realizados de acordo com a escala em vigor. Continuam faltando os alunos de n^{os} 54, 57 e 89. Continuam na enfermaria os alunos de n^{os} 14, 42, 46, 56, 77, 87, 93 e 94. O aluno de n^o 11 desobedeceu na instrução de ordem unida ao seu colega que o instruíra de n^o 16, o de n^o 90 continua urinando na cama. Em 12 de setembro de 1942. O Inspetor de Alunos Antonio Pereira da Silva.¹²

As anotações foram classificadas em grupos de acordo com o conteúdo, repetição e a indicação dos anotadores. As informações obtidas, analisadas em conjunto com outras fontes, possibilitaram algumas compreensões sobre a vida no internato do Aprendizado Agrícola Benjamin

¹² BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 1.

Constant. O interesse foi por uma história descontínua, procurando ler e compreender as notas que o diretor, o auxiliar-agrônomo e o inspetor quiseram anotar. Deixando de lado a noção de falso ou verdadeiro, pois “... o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”¹³. Também entendendo que o “Livro” é repleto de significados e interesses, devendo ser analisado como um *monumento* no sentido de que todo documento é uma “montagem” que deve ser esquadrihado pelo historiador para entender a “imagem” que os agentes históricos quiseram nele representar¹⁴.

O OBSERVATÓRIO DO INTERNATO

Nas “instituições totais”, ao lado do “grande grupo de pessoas controladas” (os internos), existe uma “equipe dirigente”. Trata-se de um pequeno grupo com a finalidade de supervisionar todo tipo de atitudes, atividades e movimentação dos internos. Embora possa desempenhar outras funções na instituição, a atividade principal da “equipe dirigente” é a vigilância com a finalidade de “fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros”¹⁵. Nesse sentido, evidencia-se no Livro de Registro de Ocorrências uma verdadeira organização hierárquica na administração do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, que contava com uma “equipe dirigente” para supervisionar os internos, controlando a movimentação destes nos espaços e tempos do internato, em diversos itens de conduta, como roupa, comportamento, maneiras e na execução das atividades diárias, dando lugar a uma verdadeira “autoridade escalonada” ou “vigilância hierárquica” no cotidiano do

¹³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525.

¹⁴ *Ibid.*, p. 537.

¹⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 18.

internato. A “equipe dirigente”, o observatório do internato, tinha três postos básicos de fiscalização: o diretor, o inspetor de alunos e os guardas de alunos. Os “olhos” do diretor José Augusto de Lima¹⁶ eram o auxiliar-agrônomo Achylles Peret¹⁷, o inspetor Antonio Pereira da Silva¹⁸ e os guardas José Barbosa da Silva e João Batista Tavares.

O diretor funcionava como instância verificadora e fiscalizadora de todas as condutas dos internos e dos funcionários. Era o ponto mais alto do observatório do estabelecimento, com competência para “lançar na rua” os transgressores. O diretor era assistido por um auxiliar-agrônomo que programava as atividades dos alunos, especialmente, as tarefas agrícolas, aplicava castigos leves e médios, orientava e aconselhava os alunos sobre as condutas morais consideradas corretas e a instrução de práticas de civismo. Diariamente, o auxiliar-agrônomo lia e avaliava as “notas” lançadas pelo inspetor no “Livro de Ocorrências”, lançava as suas próprias e remetia o “Livro” para a conferência do diretor: “Sr. Diretor, os alunos foram postos sem recreio. A sua consideração”. O Diretor despachava no próprio “Livro”: “De acordo” ou determinava que o aluno “transgressor” fosse encaminhado a sua presença: “O aluno de nº 90 ao meu gabinete”¹⁹.

O inspetor e os guardas funcionavam como fiscais de comporta-

¹⁶ Pernambucano, nascido em 22 de setembro de 1893. Agrônomo do Ministério da Agricultura, formado pela Escola de Agronomia de Belo Horizonte, com longa experiência na assistência técnica, especialmente no cultivo do algodão. Tomou posse e entrou em exercício como diretor do A.A. de Sergipe em 28 de setembro de 1934. Transferido por conveniência do serviço para o A.A. do estado de Minas Gerais em 31 de agosto de 1938. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

¹⁷ Nascido em 24 de junho de 1880, engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ex-oficial militar, participou da criação do A.A., na capital do Acre, Rio Branco. Removido deste Aprendizado chegou ao A.A. Agrícola Benjamin Constant em 26 de novembro de 1942. Sua passagem pelo Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1942-1944) contribuiu para a formação de um forte padrão de disciplina, semelhante a um quartel militar. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934. ; BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

¹⁸ Nascido em 12 de fevereiro de 1892, Bahia, sem diploma. Antes de assumir o cargo de inspetor de alunos do A. A. de Sergipe em 24 de abril de 1935, era guarda do Patronato Agrícola José Bonifácio em Jaboticabal, estado de São Paulo. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

¹⁹ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

mentos e às vezes como instrutores de boa conduta. O inspetor trabalhava diretamente com os internos, verificando a disciplina e a execução das tarefas diárias programadas. Todas as atividades dos internos no espaço do edifício-internato²⁰ (dormitório, refeitório, instalações sanitárias) eram realizadas sob a supervisão do inspetor, auxiliado pelos guardas de alunos. O inspetor exercia suas funções desde o “toque de alvorada”, quando os internos acordavam, até o “toque de silêncio”, momento do recolhimento ao dormitório. Corrigia os modos (na fila, no refeitório, nas cerimônias, etc.) e imputava castigos. Durante a noite, fazia inspeções no dormitório para observar os internos e a regularidade da vigilância do guarda de plantão “O inspetor, Seu Pereira, ficava até quando tocava a corneta de silêncio. Quando tocava, ele ia pra casa. Ele morava na segunda casa da vila. Só tinha inspetor de alunos ele. Ele era quem comandava os guardas de alunos. Os guardas obedeciam a ele. Ele fazia a escala”²¹.

A função de inspetor de alunos foi exercida por Antonio Pereira da Silva (1892), que chegou à instituição em 1934 e trazia a experiência de ter trabalhado no antigo Aprendizado Agrícola de Barreiros (Bahia) e como guarda de alunos no Patronato Agrícola José de Bonifácio, em Jaboticabal, no Estado de São Paulo. Em 24 de abril de 1934, foi nomeado para o cargo de bedel do Aprendizado Agrícola de Sergipe, tomando posse em 19 de junho desse mesmo ano. Em 1937 foi promovido a inspetor de alunos e permaneceu no exercício dessa função até aproximadamente 1962 quando foi aposentado.

O inspetor era auxiliado no controle e vigilância dos internos pelos guardas de alunos. Os guardas estavam diretamente subordinados ao inspetor e este ao diretor. Eles trabalhavam em escalas de três turnos de revezamento (16h - 24h / 24h - 8h / 8h - 16h) de forma que sempre havia um de plantão: “Mudava de guarda. Entrava um quatro horas

²⁰ Um prédio antigo, remanescente do Patronato Agrícola São Maurício, e tinha como espaços específicos para o internamento o dormitório coletivo, o refeitório, a cozinha, a rouparia, o vestiário e as instalações sanitárias. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de mestrado)

²¹ LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

da tarde e saía meia noite. Outro entrava meia noite, saía oito horas da manhã”²². No período noturno, um guarda pernoitava vigiando e realizando inspeções por entre as camas do imenso dormitório coletivo. No dia seguinte, apresentava o relatório dos comportamentos ao inspetor: “durante a noite os educandos de nº 3 e 60 comportaram-se mal com palavras imorais *ambos os dois, conforme* parte que apresentou o guarda José Barbosa”²³. Também vigiavam os internos no refeitório, na execução das tarefas diárias de campo, nas saídas do estabelecimento e respondiam pela execução dos diversos “toques de corneta”. O exercício da fiscalização, por parte dos guardas, frequentemente provocava o enfrentamento com algum interno. A esse respeito é elucidativa a seguinte anotação: “Foram postos privados do recreio pelo Sr. Auxiliar Agrônomo os alunos de nº 78, e 73, o guarda de aluno Sr. Manuel Tavares queixou-se que o aluno de nº 78 encheu a boca de água e o molhou pela janela”²⁴.

REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS: CONTROLANDO O TEMPO E AS TAREFAS DIÁRIAS

A escrituração das ocorrências do internato funcionava como uma espécie de “memorial das partes”, um registro diário das atividades dos internos semelhante aos antigos “livros de notas de comportamento” recordados nos “romances de internato”: “Um livro de lembranças comprido e grosso (...) Era o nosso jornalismo. (...) O temível noticiário, redigido ao saber da justiça suspeita de professores, muita vez despidos por violentos, ignorantes, odiosos, imorais, erigia-se em censura irremissível de reputações”²⁵. No internato do A. Agrícola Benjamin Constant a decomposição do tempo era realizada em diversas atividades coletivas,

²² GREGÓRIO, José. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

²³ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 3.

²⁴ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 38.

²⁵ POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 50.

programadas e controladas, procurando criar um “tempo útil”²⁶. No cotidiano do Aprendizado os horários eram regrados e indicados aos internos pelos diversos toques de cornetas.

Relação dos principais toques de corneta e os respectivos horários e atividades sinalizadas

OS TOQUES DE CORNETA		
TIPOS DE TOQUES	HORÁRIO	ATIVIDADE SINALIZADA
Toque de Alvorada	5h	Despertar
Toques de Rancho	6h30	Café
	11h30	Almoço
	17h30	Jantar
Toque de Revista	20h30	Fiscalização para entrar no dormitório
Toque de Silêncio	21h	Recolhimento ao dormitório (regra do silêncio)
Toque de Formatura	diversos	Disposição em coluna para Educação Física, instrução de ordem unida, desfile, entre outras.

Fonte: BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

O inspetor e os guardas constantemente agiam anulando as atividades fora da programação e que poderiam distrair ou perturbar a rotina do internato. Às cinco horas²⁷, não mais do que cinco e meia, o guarda fazia soar na corneta²⁸, o “toque de alvorada” indicando aos internos o início de mais um dia de trabalho e estudo. Os internos acordavam ou eram acordados, arrumavam suas respectivas camas e, ordenados em filas, realizavam o asseio corporal, que consistia em escovar os dentes, tomar banho, vestir a farda, e calçar os pés. Asseados e fardados, seguiam para o refeitório onde tomavam a primeira refeição do dia. Após o café, começavam os trabalhos de campo ou os estudos, a depender da escala. Depois disso, havia uma pausa para o almoço e seguiam a

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003.

²⁷ O *horário*, como controle da atividade, é uma antiga herança das comunidades monásticas que se difundiu também aos colégios. Está ligado a “(...) três grandes processos – estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição (...)”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2003, p.127.

²⁸ Nos internatos salesianos os internos eram despertados de diversas formas: com o convite a uma prece, batendo palmas, tocando um sininho ou gritando em voz alta: *Benedicamos Domino* (Bendigamos ao Senhor) e os alunos respondiam: *Deo gratia* (Graças a Deus). SANTOS, Manoel Isáú Souza Ponciano. *Luz e Sombras*: internatos no Brasil. São Paulo: Salesianas, 2000, p. 285.

programação do período da tarde. Ao entardecer, realizavam novo asseio corporal, jantavam, iniciavam a “banca” e finalmente recolhiam-se ao dormitório. No dia seguinte eles continuavam a rotina das escalas de trabalho: “Ordem de serviço é o inspetor designar a escala. Gritava: ferraria, marcenaria, carpintaria, selaria, dormitório. Aí é onde entra o serviço da limpeza geral. (...) E tinha o campo (...) Pegava a caneta, uma enxada, pá, pá. Vai um grupo de 10 ou mais, pegava o guarda, ía pro campo capinar qualquer coisa por lá (...)”²⁹.

As atividades seguiam por todo o dia até o guarda de plantão, ou um interno instruído para tal, fazer soar na corneta o “toque de revista”, às vinte horas ou vinte horas e trinta minutos, anunciando o momento em que o inspetor iniciava a fiscalização do recolhimento dos internos ao dormitório, conferindo a presença de cada um. Os internos formados em filas no grande pátio interno do prédio central, na frente do dormitório, eram inspecionados pelo guarda e pelos alunos-monitores, e todos supervisionados pelo inspetor. A revista consistia no toque por cima da roupa, examinando volumes nos bolsos ou em outras partes, impedindo que os internos levassem para o dormitório qualquer tipo de objeto. Ao “toque de revista” seguia-se o “toque de silêncio” indicando a regra de silêncio no dormitório³⁰ e a proibição de saídas.

As práticas de higiene, além do asseio corporal pela manhã que consistia em lavar as mãos e o rosto, vestir a farda e calçar os pés, tinha o banho à tarde, o tratamento e prevenção de moléstias (consulta com o médico e o dentista) e as faxinas diárias nos ambientes do internato. O banho coletivo ocorria, geralmente, no final da tarde nos banheiros, ou pela manhã depois da prática dos exercícios físicos e militares. Na prática do banho os alunos eram vigiados pelo Inspetor. Separados em grupos e em silêncio se banhavam nos banheiros providos de água encanada e chuveiros. Mas, devido a constante falta de energia elétrica que impossibilitava o bombeamento da água, o banho ficava prejudicado

²⁹ SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

³⁰ O dormitório era um vasto salão com 100 camas enfileiradas em três colunas, com em média 5 metros quadrados por interno, duas portas (saída e entrada) e 10 janelas grandes. BRASIL-EAFSC. Colégio Agrícola Benjamin Constant. *Planta baixa do prédio central*. São Cristóvão, 1975.

como costumava notificar o auxiliar-agrônomo ao diretor: “... falta d água e luz, o que muito prejudica não só a higiene e fiscalização noturna. Os alunos há dois dias que não se banham. A vossa consideração”³¹. Diante dessa situação, o inspetor levava os internos para se banharem no rio Poxim que cortava as terras da escola e ficava a uma pequena distância do edifício-internato: “Eu vou lhe dizer uma coisa aqui. Talvez eles não *disseram*. Quando não tinha água a gente ia tomar banho no rio. O inspetor formava em grupo, fila indiana, ia tomar banho no rio. Nois tomava o nosso banho lá e pronto, vinha pro café”³².

As lições de civismo³³ compreendiam o hasteamento e descerramento da bandeira, palestra sobre moralidade e patriotismo. Em datas cívicas, comemorativas e por ocasião da visita de autoridades³⁴, a bandeira era hasteada e descerrada na presença de todos os internos formados e cantando o hino nacional, acompanhados pela banda de corneteiros e de tambores. Também existiam aulas de cantos cívicos, e a instrução de escoteiro: “As 15 horas reuniram-se os alunos sobre a Chefia do sr. Auxiliar Agrônomo para organização do traje escoteiro Benjamin Constant seu patrono”³⁵. Juntavam-se a essas atividades as práticas de recreação, ou seja, os jogos, os passeios, a distribuição de doces nos dias de festa, a folga dos trabalhos durante os domingos e feriados, a permissão para tomar banho de rio: “Domingo passaram os educandos com folga, sem alteração (...) 8 horas banho no rio (...)”³⁶. A

³¹ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, p. 7 (verso).

³² SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

³³ As lições sobre moral e civismo nas escolas brasileiras a partir de 1925 representavam uma confiança no papel moralizador da escola e, sobretudo inculcir o nacionalismo na juventude brasileira. HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia*. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

³⁴ No dia 10 de outubro de 1942 o Aprendizado recebeu a visita do Ministro da Agricultura, o engenheiro agrônomo Apolônio Jorge de Farias Salles e do Interventor Federal no Estado Augusto Mainard. BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl.15.

³⁵ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl.15.

³⁶ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 29.

educação física era ministrada pelo professor José de Souza Sobrinho³⁷ e ocorriam duas vezes por semana, logo após o “toque de alvorada”. Os exercícios militares também foram ministrados no Aprendizado, sob as instruções do sargento José Alves da Força Policial do Estado de Sergipe³⁸, mas não ocorreu o manejo de armas nem a formação de um “batalhão infantil”³⁹.

As aulas normais ocorriam durante o dia e aulas de música (*ensaio de música ou canções*) e a banca no período da noite, após o jantar: “... houve banca e aula de música das 18 horas e meia as 20 horas e meia...”⁴⁰. Outra atividade importante era a instrução de banda de música formada pela banda de cornetas e de tambores.

A distribuição dos trabalhos, de acordo com a escala elaborada e aprovada pelo auxiliar-agrônomo, dividia-se em tarefas agrícolas, manejo de trabalhos de ferro, couro, madeira, e as faxinas gerais no edifício-internato: “Sr. Diretor foram distribuídas as faxinas em geral, foram distribuídos os trabalhos de acordo com a escala aprovada”⁴¹. A folga, aos domingos, liberava os internos das atividades de campo, mas continuavam com o dever de participar do hasteamento e desceramento da bandeira, e das faxinas gerais que ocorria como nos horários de costume.

O incentivo dado ao trabalho dos internos no Aprendizado A. Benjamin Constant não tinha “a significação estrutural que tem no mundo externo. Haverá diferentes motivos para o trabalho e diferentes

³⁷ Nascido em 24 de agosto de 1914, Campina Grande, Paraíba. Formado pelo Centro Regional de Educação Física de Pernambuco. Serviu no Exército Brasileiro e na Força Policial do Estado de Sergipe com a patente de 3º Sargento. BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola de Sergipe. Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

³⁸ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 17.

³⁹ Os exercícios militares nos grupos escolares de São Paulo geraram a formação dos batalhões infantis, que utilizavam um aparato condizente com o ritual cívico a que se prestavam: além do fardamento, espingardas de madeira, cinturões, baionetas, tambores e cornetas. SOUZA, Rosa de Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 108.

⁴⁰ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 20 (verso).

⁴¹ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 20 (verso).

atitudes com relação a ele”⁴². Assim, o trabalho dos internos poderia ser induzido pela nota ou pela ameaça de castigo. Os internos reagiam de maneiras diferentes: uns demonstravam garra e adaptação e outros “tapeavam”, “matavam o trabalho” e até fugiam do local das tarefas.

REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS: PRÁTICAS DE TRANSGRESSÃO (OS DESVIOS)

Diante do regime de horários, tarefas regradas e, talvez, pela própria idade imatura e costumes trazidos de casa, os internos iam transgredindo da forma que podiam, diante das imposições dos fiscais. Nem todos se enquadravam na “fôrma” da instituição. O quadro que se segue exemplifica comportamentos ou práticas dos internos que recebiam a dimensão de desvio, fazendo-os sofrer uma sanção disciplinar.

Os comportamentos desviantes provocavam uma “sanção normalizadora” que qualificava e reprimia uma série de comportamentos indiferentes (micropenalidade ou infrapenalidade) para o ordenamento jurídico, mas tais desvios eram puníveis no *microcosmo* do internato. Dessa maneira, fazia parte da penalidade disciplinar do internato “(...) a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme: o soldado comete uma ‘falta’ cada vez que não atinge o nível requerido; a ‘falta do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir suas tarefas”⁴³. Assim, configura-se a disciplina do internato como “uma anatomia política do detalhe”, ensejando uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade.

Na “micropenalidade do tempo”, eram puníveis os atrasos, as ausências e as interrupções das tarefas (não regressar ao estabelecimento findo o prazo da licença ou gozo de férias, a ausência ou mau comportamento na “forma”, entre outros). Comumente, alguns internos burlavam

⁴² GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 21.

⁴³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.149.

os horários fugindo das tarefas programadas ou se atrasavam para o início de uma atividade. Assim, eram comuns as ausências ou as interrupções dos trabalhos de campo ou o abandono deste para dedicar-se a uma atividade fora da programação. A idade imatura, aliada a todas as potencialidades do lugar do internato – rio, mata –, instigava os internos a continuar uma vida tal como estavam acostumados, “soltos” em seus lugares de origem: “O guarda de alunos, Sr. José Loureiro, ao tocar as 12h30 a faxina, os educandos de nº 24, 68, 37, 21, 72, 5, 22, 63, 32, 97, 76, 4, 94, 59, 05, 55 e 95 não obedeceram, ficando no rio, tendo o citado guarda levado ao conhecimento do Sr. Auxiliar Agrônomo, recebi ordem para mencionar em parte”⁴⁴.

Entretanto, no “Aprendizado tinha ordem, e ordem”⁴⁵. Dessa forma, a admissão no “mundo do internato” causava um “sofrimento” provocado pela prematura ruptura das brincadeiras típicas da “meninice” rural. A vida no internato era o oposto da liberdade do mundo rural. A mudança causava uma nostalgia da vida “solta” do lugar de origem, situação ilustrada pela escrita de José Lins do Rego, em suas recordações de menino interno, na primeira metade do século XX:

A liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Preso como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições (...) E aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade de Santa Rosa me invadiu a alma inteira. O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo me parecia perdido, muito longe, de um mundo a que não podia mais voltar. E comecei a chorar mordendo os travessieiros. Mas o choro era daqueles que violam o silêncio, e cortei os soluços na garganta.⁴⁶

⁴⁴ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 42.

⁴⁵ SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

⁴⁶ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 7.

No caso em estudo, o contraste não se dava entre o mundo rural e urbano. O internato também era rural, mas caracterizado por um fechamento e uma disciplina severa. O lugar do internato até lembrava o cenário de casa, mas só poderia ser experimentado sob vigilância e controle. Nem todos se conformavam; uns fugiam, outros tentavam sem sucesso reproduzir a vida de liberdade.

Também a *micropenalidade da atividade* (desatenção, negligência, falta de zelo) eram puníveis, com os seguintes exemplos: não responder ao “toque de alvorada” (continuando deitados), não cumprir a escala da faxina, desatenção “na instrução de ordem unida”, negligência ou não respeitar o “toque de silêncio”, não saber a lição, falta de zelo (como quebrar lâmpadas da bomba, quebrar a chave do “gabinete de física”, dar fim ao tamanco por gostar de andar descalço)⁴⁷.

Ou a *micropenalidade da maneira de ser* (grosseria, desobediência) como: a “má conduta” no dormitório, desobedecer às ordens do guarda, (“faltou atenção ao guarda com palavras imorais”), ato desrespeitoso ao guarda (“encher a boca de água e molhar o guarda pela janela”)⁴⁸.

Ainda, a *micropenalidade dos discursos*, (tagarelice, insolência), como nos seguintes exemplos: ir para cozinha pedir comida, proferir palavras imorais e injuriosas a moral da mãe do colega, proferir palavras obscenas na presença do guarda⁴⁹.

De outro modo, a *micropenalidade do corpo* (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira) algumas assim especificadas: briga entre colegas, tomar o colchão do colega, forçar a porta do dormitório, urinar na cama (uma constante reclamação) ou até no chão do dormitório: “O guarda Sr. Nelson apresentou queixa ao Sr. Auxiliar Agrônomo que encontrou o educando de nº 37 urinando dentro do dormitório, entre uma cama e outra (...)”⁵⁰, saltar a janela, “anarquizar” no recreio,

⁴⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

⁴⁸ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

⁴⁹ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

⁵⁰ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 74 (verso).

ficar pendurado na janela da cozinha, andar descalço, entrar no banho antes da hora, mau comportamento na hora de formar ou na fila do refeitório, agredir fisicamente o colega (esbofetear ou jogar comida na face do colega).

Enfim, a *micropenalidade da sexualidade* (imodéstia, indecência) com essas seguintes anotações: “O aluno __ tem se revelado um péssimo elemento além de ser imoral e atrevido”; “O aluno n° __ queixou-se do seu colega de n° __ que estava querendo o levar para perdição”; “Sr. Diretor ouvir o aluno n° __ que informa que seu colega __ pegou-o e apalpou as suas nádegas mediante ainda os seus protestos”⁵¹; entre outras.

A “má conduta” no dormitório ocorria com frequência, sendo este um espaço privilegiado para transgredir, embora iluminado e vigiado durante todo o período noturno. A constante reclamação do auxiliar-agrônomo com relação a falta de energia era justamente pelos problemas de disciplina que o imenso dormitório, com mais de cem camas, mal iluminado, ou apenas iluminado por velas, proporcionava, um vez que dificultava a vigilância⁵² e facilitava a “má conduta” dos internos: “O encostado a este estabelecimento de n° ___ aproveitando a má iluminação devido faltar energia foi forçar o seu colega de n° __, tendo o mesmo ___ corrido para sua cama. (...) Sr. Diretor. Consta da parte hoje o fato de o aluno ___ ter ido para cama de um colega, com intenções imorais, aproveitando a falta de luz”⁵³.

Relatados os desvios, logo em sequência, as anotações das principais sanções disciplinares aplicadas. O sistema de vigilância, regramento de horários e locais permitidos, facilitava a identificação e punição dos transgressores. O que aos olhos dos encarregados (auxiliar-agrônomo, inspetor e guardas) escapava, restava o sempre presente aluno “vigilante” exercendo a prática da delação: “Nada ficou provado quanto

⁵¹ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fls. 24 (verso), 46 e 46 (verso).

⁵² “Sr. Diretor. Continua o Estabelecimento sem luz, conseqüentemente, sem água, sem estudo a noite e sem vigilância eficiente (...)”. BRASIL-EAFSC. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 78 (verso).

⁵³ BRASIL-EAFSC. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 26 (verso).

ao aluno de nº88 em que seu colega de nº 27 ter dito que o mesmo urinou na pilastra”⁵⁴.

REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS: AS SANÇÕES DISCIPLINARES NORMALIZADORAS

Um aspecto da cultura do internato é o seu “sistema de privilégios”⁵⁵, ou ausências de privações. O primeiro elemento desse sistema são as “regras da casa”, um conjunto de prescrições e proibições que indicavam as condutas corretas e criavam uma difícil rotina diária para os internos. As “regras do internato” caracterizavam-se por obrigar a fazer ou executar determinadas tarefas de trabalho e estudo. Como visto, a “regra” era a realização de trabalhos subalternos (faxinas), tarefas agropecuárias, de oficinas e os estudos (aulas e “banca”). Ser um interno correto era seguir a rotina das escalas sem se desviar do rígido sistema de controle do espaço e do tempo. Por outro lado, contrastando com esse ambiente rígido, circulavam algumas modalidades de prêmios ou privilégios, que podiam ser obtidos em troca de obediência aos ditames da instituição. Eram as recompensas como uma folga do trabalho, um passeio, uma permissão de saída, entre outras. O terceiro elemento da cultura do internato são os castigos disciplinares definidos como consequências de desvios das regras. No sistema disciplinar do internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, funcionou um “pequeno mecanismo penal”, no qual os desvios (infrapenais) eram sancionados, objetivando a redução do campo do “não-conforme”. Também circulavam as recompensas que, junto com os castigos, formavam uma “micro-economia dos privilégios e dos castigos”⁵⁶.

Ao se referirem a determinados internos, nas notas lançadas no “Livro de Registro de Ocorrências”, com os termos: “indisciplinado”,

⁵⁴ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 20.

⁵⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

“malandro”, “preguiçoso”, “mau elemento”, “perigoso elemento”, “fujão”, “péssimo” e “atrevido elemento”, os fiscais procuravam classificar e avaliar os internos em “bons” e “maus” indivíduos, pois as operações da arte de punir do regime disciplinar funcionam comparando, diferenciando, hierarquizando, homogeneizando e excluindo. O objetivo da punição disciplinar é “normalizar” o indivíduo. Assim, fez parte da “arte de punir” da instituição um conjunto de processos: repreensão verbal, castigos físicos e morais, privação da liberdade, desligamento, privações, suspensões, obrigação de executar alguma tarefa – como uma lição suplementar ou dobrada no domingo, ajudar a costurar roupas, cumprir uma escala extra de trabalho, etc., não necessariamente nessa ordem.

A repreensão verbal foi muito utilizada pelos guardas, inspetor e diretor. Fez parte da cultura da instituição, convocar ao gabinete do diretor o interno que cometesse um deslize. Algumas vezes o diretor deixava escrita no “Livro de Ocorrências” a temida convocação: “Os alunos que saíram sem ordem venham ao gabinete do Diretor”; ou o auxiliar-agrônomo tratava de repreender e aconselhar o interno que havia praticado uma transgressão: (...) Os alunos de n.ºs 98, 47, 70 e 95 não obedeceram às ordens do guarda quando os mesmos estavam no campo, a queixa foi dada pelo guarda João Tavares, o aluno de n.º 8 fugiu do trabalho e foi encontrado sentado na janela da aula do 2º ano (...) Sr. Diretor foram chamados os alunos constantes desta parte e foram repreendidos e aconselhados⁵⁷.

O castigo moral de “envergonhar” através de práticas vexatórias de expor o aluno desobediente perante os colegas foi muito utilizado, especialmente para inibir os alunos menores da prática de urinar na cama. A medida punitiva para os “mijões”, como dizia o inspetor, era colocar o colchão e as roupas de cama no pátio do edifício-internato para secar na presença dos colegas: “Eles urinavam à noite, quando era bem cedo tinham que colocar o colchão no pátio. Então seu Pereira mandava o estudante, na hora que o internato tava formado para entrar pra o refeitório, colocar o colchão dele fora pra pegar o sol junto

⁵⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 9.

com a roupa molhada. No meio de todo mundo que era pra ver se ele deixava aquilo”⁵⁸.

Gilberto Freyre relata o emprego do medo para inibir a criação da “tendência de mijar na cama” e outras práticas “sádicas” enraizadas na cultura brasileira para “amadurecer” os meninos à força⁵⁹. Muitas delas povoaram os internatos dos padres, da segunda metade do século XIX, e continuaram bem vivas no decorrer do século XX. A família e o colégio-internato acreditavam no uso do medo para aligeirar a maturidade dos meninos.

Além de serem submetidos à prática de “envergonhar”, os internos que urinavam na cama eram punidos com privação do recreio, dormir na esteira e ficavam obrigados a lavar as roupas de cama: “Os alunos *mijões* continuam lavando a roupa de cama e ficando sem recreio na forma regulamentar”⁶⁰; uma constante repetição de atos, pois o “castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente *corretivo*. (...) os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício – aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido”⁶¹.

A privação de recreio de um a cinco dias foi um castigo muito utilizado: “Sr. Diretor: Consta da presente ocorrência uma relação de alunos que tinham em seu poder objetos cortantes em uma revista determinada por esta ajudância e por isto estão sem recreio por dois dias”⁶². Para o cumprimento deste castigo, geralmente, ficava o aluno na portaria sob a vigilância do guarda ou trancado no dormitório. Outros castigos anotados: não folgar no domingo para ficar estudando (lição suplementar, ou dobrada), a repreensão verbal aplicada isoladamente ou acompanhada da obrigação de pedir desculpas ao colega, ou ao guarda, cumprir uma tarefa extra como costurar roupas.

⁵⁸ GREGÓRIO, José. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

⁶⁰ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 2.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.150.

⁶² BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 7.

A privação da liberdade, através do isolamento no dormitório, igualmente foi utilizada com o propósito de isolar o “mau elemento” do contato com os outros internos, para evitar que ele concorresse para a má conduta dos colegas. A restrição da liberdade nos internatos foi uma prática antiga. Na França, a prisão para os colegiais internos, denominada alcova, calabouço ou cela, só foi suprimida na segunda metade do século XIX⁶³. Nos colégios-internatos brasileiros existiram espaços específicos para o cumprimento da privação de liberdade, como a “trevesa cafua” (“asilo das trevas e do soluço, sanção das culpas enormes”⁶⁴), um quarto escuro de isolamento ou ficar trancado num quarto sentado em um tamborete: “Era o pior castigo do colégio: ficar isolado num quarto, sentado num tamborete, sem fazer nada. Passar horas e horas sem uma palavra, com a boca seca ouvindo lá por fora o rumor da conversa dos outros (...) Agora, no quarto de castigo, tinha que procurar os recursos da imaginação para povoar o meu isolamento”⁶⁵.

O desligamento do estabelecimento, aplicado aos internos reincidentes em mau comportamento também foi aplicado. Informado de um desvio grave despachava o diretor: “Se reincidir, desligue-se”⁶⁶. Na condição de pobres, alguns órfãos, a maioria analfabeta, a permanência no Aprendizado podia representar a única possibilidade de estudos, trabalho, moradia, alimentação e uma ocupação futura, até mesmo na própria instituição. De fato o desligamento sinalizava para todos um mal a ser evitado. Mesmo assim não deixou de ocorrer. Sua aplicação ficou anotada. Aplicada a um aluno de “conduta imoral e fujão do trabalho”: “Sr. Diretor. Consta de parte hoje o fato do aluno __ ter ido a cama de um colega, com intenções imorais aproveitando a falta de luz. De forma particularmente o Sr. Inspetor de alunos (__) a má conduta deste

⁶³ CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁴ POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

⁶⁵ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 34.

⁶⁶ BRASIL-EAFSC. *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 44.

candidato que além de pouca moral é também fujão de serviço e mau colega para os alunos menores. A sua consideração.”⁶⁷ O diretor diante desta ocorrência decidiu pelo desligamento do aluno, providenciando “carta de desligamento” para os pais ou responsáveis⁶⁸. O desligamento, se por um lado podia representar o fracasso do poder corretivo do internamento, por outro significava que: “o campo moral devia ser saneado, afastando-se inexoravelmente os elementos perigosos, escandalosos e incorrigíveis. Para eles não havia consideração”⁶⁹.

Os castigos físicos não são citados nos relatos de ocorrências, mas os “bolos de palmatória” foram empregados. Também não se sabe que outras medidas tomou o diretor quando, diante de um relato de desobediência, despachava: “Os alunos que saíram sem ordem venham ao gabinete do Diretor”⁷⁰. Na verdade, “lá dentro”, no edifício-internato, na parte privativa do internato sob o comando do diretor, do inspetor e dos guardas, os castigos físicos tiveram sua fase de utilização: “A palmatória era no tempo de Dr. José Augusto de Lima. Eu não alcancei a palmatória. E esses bolos, quem dava era o diretor. Quando o estudante merecia”⁷¹.

O sistema de castigos era defendido pela “equipe dirigente” em razão dos objetivos oficiais da instituição, ou seja, a reforma (física, moral e intelectual) dos internos, na direção de um modelo ideal. Todavia, o sistema de punições, tendo em vista procurar criar sujeitos “comportados”, conformados com as regras de funcionamento do internato, alimentava um campo de resistência cotidiana. Os internos encontravam diferentes formas (“embrulhadas”) para burlar o regime disciplinar a que estavam submetidos.

⁶⁷ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fls. 26 (verso) e 27.

⁶⁸ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Correspondência expedida pelo Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*, São Cristóvão, 1939.

⁶⁹ SILVA, Antenor de Andrade. *Os salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 – 1970*. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000, p.208.

⁷⁰ BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942, fl. 46.

⁷¹ LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

NOTAS FINAIS: O “TEMÍVEL NOTICIÁRIO”

O “Livro” funcionou como um “temível noticiário”, pois fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nas notas, sobressai o *poder disciplinador* e de conformação moral da “pedagogia de internar” no âmbito do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant.

O *olhar hierárquico* do Aprendizado contou com muitos observatórios da conduta dos internos, com um pessoal *especializado* e sempre presente para esta finalidade. Os guardas, apresentando o relatório de tudo o que vigiavam (ou não) entregando os transgressores à punição. O inspetor, anotando em detalhes os fatos que presenciava ou o que lhe era relatado pelos guardas. O auxiliar-agrônomo anotando, verificando as anotações do inspetor e aplicando os castigos de sua competência. O diretor, destinatário de todas as notas, com seus despachos rápidos, funcionava como instância verificadora e fiscalizadora de todas as condutas dos internos e dos funcionários. Era o ponto mais alto do observatório do Aprendizado, com competência para “lançar na rua” os transgressores.

A *sanção normalizadora* do Aprendizado se caracterizou por uma micropenalidade (“relativa indiferença do desvio”) *do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade*. Qualificou e reprimiu condutas consideradas incorretas e todas as inaptidões para cumprir uma tarefa determinada. Procurou reduzir ou eliminar os desvios e os desviantes.

O “Livro”, através de seus “registros intensos” de ocorrências detalhadas e minuciosas, pode ser entendido como um “exame”. Procedimento do *poder disciplinador* que, ao colocar as individualidades dos internos em um campo documentário de vigilância, adjetivou as condutas (corretas ou os desvios), classificou, comparou e diferenciou, hierarquizou as capacidades, homogeneizando as condutas e procurando excluir as “anormalidades”. Permitiu pelo registro da transgressão a punição, o castigo corretivo e exemplar. Enfim, o “Livro de Registro de Ocorrências” do Aprendizado Agrícola Benjamin

Constant é um documento do internato. Fonte raríssima sobre práticas do internamento escolar.

FONTES E REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Astolfo Ribeiro Pinto. *Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste*. Fortaleza, 1989.

BRASIL. Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1934b. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.029, de 06 de janeiro de 1939. Dá novas denominações aos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura. SICON (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1939. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Registro do Pessoal Permanente*. São Cristóvão, 1934.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro das Impressões dos Visitantes*. São Cristóvão, 1935.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola de Sergipe. *Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938.

BRASIL-EAFSC. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*. São Cristóvão, 1942.

BRASIL-EAFSC. Colégio Agrícola Benjamin Constant. *Planta baixa do prédio central*. São Cristóvão, 1975.

CARON, Jean-Claude. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2007. (Dissertação de mestrado)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GREGÓRIO, José. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia. Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. São Cristóvão: UFS, 2006. (Dissertação)

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

SILVA, Antenor de Andrade. *Os salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 – 1970*. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. *Luz e Sombras: internatos no Brasil*. São Paulo: Salesianas, 2000.

SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

SERGIPE. Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. *Instruções e Formalidades para a Matrícula de Menores nos Aprendizados Agrícolas*. Aracaju/Juizado da Infância e da Juventude, 1938.

SOUZA, Rosa de Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

Artigo recebido em maio de 2011. Aprovado em julho de 2011.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011

